



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17688 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT02 - História da Educação

HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE- NOTAS INTRODUTÓRIAS

Josanilda Mafra Rocha de Moraes - IFRN/CAMPUS NATAL - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Olivia Moraes de Medeiros Neta - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE: NOTAS INTRODUTÓRIAS

1 NOTAS INICIAIS

A assistência estudantil volta-se à democratização das condições de permanência dos estudantes da educação pública federal, com vistas a contribuir para a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais, e para a permanência e conclusão dos cursos com êxito. Reúne um conjunto de ações direcionadas a reduzir as situações de retenção e evasão; e a fomentar a promoção da inclusão social através da educação. (BRASIL, 2024)

Atualmente, a assistência estudantil é regulamentada, em âmbito nacional, através da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pela lei nº 14.914 de 03 de julho de 2024.

Entretanto, compreende-se que a presente política não surgiu do acaso, mas, do contrário, se estabeleceu enquanto uma matéria da memória, uma vez que as leis são indícios do passado, resultado da ação histórica dos homens, ou seja, não são quaisquer vestígios do passado, mas contemplam “... a intencionalidade de seu registro por poderes instituídos em uma determinada época...” (STAMATTO, 2012, p.277)

Isto posto, a lei é um documento e, como tal, “...não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as

relações de força que aí detinham o poder” (Le Goff, 1994, p.545).

À vista disso, para desvelar como a assistência estudantil foi se desenvolvendo no âmbito da educação profissional federal do Rio Grande do Norte, entende-se que é fundamental percorrê-la considerando a sua história e as tessituras que a conformaram no seio da sociedade brasileira, seguindo os direcionamentos apontados por Certeau (1982).

2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

De acordo com Oliveira (2016), o cuidado com as necessidades dos estudantes menos favorecidos tem uma tradição no âmbito do ensino superior, tendo se desenvolvido junto com as universidades. Quanto à educação profissional, a referida autora assevera que a assistência aos estudantes foi sendo implantada no contexto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices, através do Decreto nº 7.566/1909, uma vez que este normativo previa, no art. 28, o estabelecimento de ações de apoio aos estudos dos órfãos, abandonados e desvalidos, através de “associações cooperativas e Caixas de Mutualidade entre os aprendizes” (BRASIL, 1909).

Diante de um cenário de mudanças, em que a classe média, os operários e os industriais lutaram para fazer parte do jogo do poder, a intervenção do Estado foi se tornando mais explícita, de maneira que, com a Constituição de 1934, (artigo 157) ocorreu a previsão de destinação de recursos dos fundos de educação (formados por contribuição da União, dos Estados e do Distrito Federal) para aplicação “em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas” (BRASIL, 1934).

Tendo como pano de fundo a modernização conservadora do Estado Novo Varguista, a Constituição de 1937 determinou (artigo 130) que o atendimento aos pobres fosse realizado por meio da “solidariedade dos menos para com os mais necessitados” (BRASIL, 1937) desenvolvida através das contribuições à Caixa Escolar.

Com a abertura política e o início da Quarta República, foi promulgada a Constituição Federal de 1946, segundo a qual as ações de apoio aos estudantes pobres se tornaram obrigatórias em todos os sistemas de ensino, de modo que caberia a estes dispor “obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946). Esta previsão foi regulamentada pela Lei nº 4.024, de 1961, que sancionou a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

De acordo com o art. 90 da LDB (1961) “em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino (...) prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos”. No art. 91, a referida lei estabeleceu que “a assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade” (BRASIL, 1961).

Na década de 1960, no período que compreende a Ditadura Militar, a Constituição Federal de 1967 manteve as preconizações da LDB de 1961 e garantiu a gratuidade do ensino no 2º grau e ensino superior (BRASIL, 1967).

Nesse ínterim, no ano de 1970 foi criada a Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, a qual objetivava manter uma Política de Assistência ao Estudante Universitário, em nível nacional, com prioridade para as ações de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica. A tipificação de suas ações foi normatizada pela Lei nº 5.692, de 1971 que trata da LDB do ano em questão, e, em seu art.62, preconizou que os serviços de assistência educacional incluíssem os “auxílios para a aquisição do material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar” (BRASIL, 1971).

Com a redemocratização do país, as políticas de assistência estudantil adquiriram maior visibilidade. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 206, estabeleceu a “igualdade de condições para o acesso e a permanência de estudantes nas instituições de ensino” como um dos princípios da educação e recomendou, no art. 208, a garantia pelo Estado de “atendimento aos estudantes, em todas as etapas da educação básica, de suplementação de material escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988).

No ano de 1987 o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) realizou pesquisas sobre as condições de acesso, permanência e êxito de estudantes de baixo poder aquisitivo no ensino superior, e solicitou ao relator do Plano Nacional de Educação de (2001-2010), através do Ofício nº 51, de 1999, a inserção da temática da assistência estudantil no Plano ora mencionado (FONAPRACE, 2012).

Em vista disso, o Plano Nacional de Educação (2001-2010), normatizado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, estabeleceu, entre as metas para o ensino superior, o estímulo à “adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001).

Nos anos 2000, através da Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, foi instituído em âmbito federal, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destinado a atender os estudantes de cursos de graduação presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sendo regulamentado em 2010, por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho do referido ano.

Em julho de 2024, o decreto supracitado passou por uma revisão, de maneira que, com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal, foi aprovada a lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Ao visualizar o desenvolvimento da assistência estudantil no âmbito da educação profissional brasileira, foram gerados questionamentos acerca do desenvolvimento desta política no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, tendo como principal indagação: o que existe de conhecimento científico acerca da história da assistência dispensada aos estudantes da educação profissional federal no Rio Grande do Norte?

2.1 Caminhos percorridos

Para responder a esse questionamento foi realizada uma investigação de estado da questão, de natureza qualitativa, bibliográfica, documental e exploratória. (Severino, 2016)

Diante disso, em junho de 2024, foi realizado levantamento bibliográfico junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e ao Portal de Periódicos da CAPES, fazendo uso dos descritores assistência social escolar AND educação profissional; caixa escolar AND educação profissional; assistência escolar AND educação profissional; programas assistenciais AND educação profissional; serviço de assistência médica e social AND educação profissional; assistência social à clientela AND educação profissional; assistência estudantil AND educação profissional.

Os descritores foram selecionados a partir da leitura dos Anteprojetos e dos Regimentos Internos das institucionalidades que antecederam o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), disponíveis no Arquivo do IFRN/Natal-Central.

2.2 Os achados da pesquisa

Foram encontrados 21 trabalhos, publicados entre 2013 e 2022, os quais se voltaram à análise da política de assistência estudantil no âmbito do IFRN, em seus diferentes aspectos (inserção do serviço social na política, avaliação dos programas ou de um programa específico).

Desse total, apenas 06 pesquisas faziam menção ao processo de constituição da assistência estudantil na educação profissional do Rio Grande do Norte, as quais são apresentadas a seguir:

Quadro 1- Corpus de análise

Nº	REFERÊNCIAS	DESCRIPTOR	BANCO
01	BEZERRA, Clara de Assis Barbosa. Serviço social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN): educação, assistência estudantil, limites e possibilidades do fazer profissional. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço social. Natal, RN, 2014. 84f. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/36217/2/ClaraAB_B_Monografia.pdf . Acesso em 30 jun.2024.	assistência estudantil AND educação profissional	Portal de periódicos da Capes
02	CARLOS, Frankleide; TAVARES, Andreza Maria Batista do Nascimento. Assistência estudantil: uma avaliação e reflexão da política de iniciação profissional no Instituto Federal do Rio Grande do Norte/IFRN–campus Natal-Central. Colóquio Nacional A produção do conhecimento em Educação Profissional, 2015. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1227 . Acesso em: 20 jun.2024	assistência estudantil AND educação profissional	Portal de periódicos da Capes
03	CRUZ, Anaclea de Souza. Análise do programa de apoio à formação estudantil sobre o desempenho acadêmico em um instituto federal. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Potiguar. Natal, 2022. 81p. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12752379 . Acesso em 30 jun.2024.	assistência estudantil AND educação profissional	Catálogo de teses e dissertações da Capes
04	FERREIRA, Etiene Figueiredo. Avaliação política da política de assistência estudantil: repercussões frente à expansão da Educação Profissional no IFRN. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional. Natal, 2017. 130f.: il. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5126857 . Acesso em 30 jun.2024	assistência estudantil AND educação profissional	Catálogo de teses e dissertações da Capes
05	MARCOLINO, Josimara da Silva. Assistência Estudantil na Educação Profissional: Análise da Efetivação da Política no IFRN Campus Natal - Cidade Alta. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social. Natal, RN, 2018. 92f.: il. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/36285/3/AssistenciaEstudantil_Marcolino_2018.pdf . Acesso em: 17 jun. 2024.	assistência estudantil AND educação profissional	Portal de periódicos da Capes
06	NASCIMENTO, Sheine Santos do; BARRA, Geovana Reis Silva. O exercício profissional do assistente social no espaço educacional: uma contribuição para a afirmação do direito à educação no IFRN. Revista Serviço Social em Perspectiva, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 314–330, 2020. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/372 . Acesso em: 27 jun. 2024.	assistência estudantil AND educação profissional	Portal de periódicos da Capes

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Através do Quadro 1, é possível observar que a maior parte dos manuscritos foi localizada no Portal de Periódicos da CAPES, e através do descritor assistência estudantil AND educação profissional. Quanto à natureza dos trabalhos, se constituem em constructos acadêmicos, materializados em monografias de conclusão de graduação, dissertações de mestrado e artigos científicos.

2.3 Apontamentos sobre a história da assistência estudantil na educação profissional do Rio Grande do Norte

Durante o processo de leitura dos trabalhos foi possível notar que Bezerra (2014), no transcorrer da sistematização de seus achados, ao citar a história da assistência estudantil na educação profissional do Rio Grande do Norte menciona: “No IFRN, desde 1962 existe o Serviço Social escolar, com a intenção de conter a evasão e contribuir para a diminuição dos percalços da permanência do estudante” (BEZERRA, 2014, p. 44).

Carlos e Tavares (2015, p.3) também enfatizam que

A Política de Assistência Estudantil no IFRN teve seu início no ano de 1962 com a implantação do Serviço Social Escolar, na então Escola Industrial do Rio Grande do Norte, e já ofertava programas de bolsas e alimentação para os estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Nota-se que a história da assistência estudantil no âmbito do atual IFRN se inicia no ano de 1962, com o ingresso do Serviço Social Escolar, na então Escola Industrial do Rio Grande do Norte. Contudo, as autoras salientam que a instituição já ofertava programas de bolsas e alimentação para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Cruz (2022, p.17) ao comungar do posicionamento de Carlos; Tavares (2015), afirma “A assistência estudantil no IFRN surge em 1962, com a introdução do Serviço Social Escolar, na Escola Industrial do Rio Grande do Norte (um dos antigos nomes da instituição)”. Nesse sentido, as autoras apresentam que o surgimento da assistência estudantil no âmbito do que hoje se concebe como IFRN, ocorreu com a introdução do serviço social escolar, na Escola Industrial do Rio Grande do Norte, no ano de 1962.

Ferreira (2017) ao abordar o referido assunto, expõe novos apontamentos:

Com a inserção do serviço social no IFRN, até então, nesse período de discussão, denominada Escola Industrial de Natal, Decreto nº 994/1962, a assistência estudantil vem sendo cada vez mais valorizada na instituição, firmando-se, devido à relevância do trabalho por ela realizado, não se restringindo só na luta pelos direitos dos estudantes, como intervindo nas questões de ordem socioeconômica que afetam e/ou dificultam o processo ensino aprendizagem e a permanência do discente na instituição com vistas à conclusão do curso.

Segundo a autora, a inserção do Serviço social na Escola Industrial de Natal, possibilitou uma valorização da assistência estudantil no âmbito da

instituição, tendo em vista a relevância do trabalho que vem sendo executado ao longo dos anos, o qual não se restringe à luta pelos direitos dos estudantes, mas também compreende às intervenções nas questões socioeconômicas que afetam a permanência dos discentes na instituição.

Marcolino (2018, p.38-39) corrobora as concepções já elencadas e acrescenta:

Destacamos que em 1962, no Estado do Rio Grande do Norte, incentivada pelas ações de assistência ao estudante que já vinham sendo desenvolvidas no país desde o final da década de 1920, no âmbito universitário, se inseriu (através do Serviço Social escolar) pela primeira vez um profissional do Serviço Social na então Escola Industrial do Rio Grande do Norte, que atualmente é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN.

Nesse sentido, a autora afirma que a inserção do profissional de serviço social, no ano de 1962, na Escola Industrial do Rio Grande do Norte, foi incentivada pelas ações de assistência ao estudante, que já vinham sendo desenvolvidas no país desde o final da década de 1920, no âmbito universitário.

Nascimento; Barra (2018) ao tratarem da temática explanam:

A assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) teve origem em 1962, com a implantação do Serviço Social Escolar na então Escola Industrial do Rio Grande do Norte. Desde então vem sendo desenvolvida com a finalidade de intervir nas questões de ordem socioeconômicas que afetam e/ou dificultam o processo de ensino aprendizagem e de permanência na educação.

Estas autoras ratificam as considerações expressas nas pesquisas anteriores ao reiterarem que desde a sua origem, na Escola Industrial do Rio Grande do Norte, a assistência estudantil vem sendo desenvolvida com a finalidade de intervir sobre as questões socioeconômicas que afetam a aprendizagem e a permanência dos estudantes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da realização deste estudo, não foram localizados manuscritos que pautaram a história da assistência estudantil na Educação Profissional federal do Rio Grande do Norte. Foram identificados, porém, apontamentos acerca do

processo de constituição da referida política, no ano de 1962, na então, Escola Industrial do Rio Grande do Norte, quando ocorreu a inserção do serviço social na instituição.

Ao analisar as referidas menções, percebe-se que elas dizem respeito a um único trecho que é reproduzido em trabalhos acadêmicos, para abordar a inserção do serviço social na instituição, contudo, não foram encontradas informações adicionais, que versassem sobre as ações direcionadas aos estudantes no momento que antecede o ano de 1962.

Logo, compreende-se que os estudos existentes acerca da referida temática são introdutórios e reveladores de uma lacuna epistêmica, haja vista a ausência de pesquisas voltadas à historiografia da assistência estudantil no âmbito das institucionalidades assumidas pelo atual IFRN, ao longo de sua trajetória de mais de cem anos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos estados da República Escolas de Aprendizes e Artífices, para ensino profissional primário gratuito. Presidência da República, 1909. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 21 jul.2024.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)** Diário Oficial da União, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jan.2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Seção 1, p. 5. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 22 jun.2024.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 jul. 2024. Seção 1, p. 5. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887-publicacaooriginal-172283-pl.html>. Acesso em 21 jul.2024.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos**: Histórias, memórias e múltiplos olhares. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX : 2012. 212p .Disponível em: http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/1_fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-25-anos3.pdf. Acesso em 21 jul.2024.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: História e memória. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges.5 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2023.p.525-541.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **A Legislação como Fonte para a História da Educação**. In: (Org.) SOUZA, Elizeu Clementino de; VASCONCELOS, José Geraldo; CASTRO, César Augusto. História da Educação: memória, arquivos e cultura escolar. Rio de Janeiro: Salvador: Quartet: Uneb, 2012, p.277-292.

OLIVEIRA, Amanda Marques de. **A Implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**: a experiência no IFPI. TERESINA/PI: Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Piauí, 2016. 83f.

Palavras-chave: História da Assistência Estudantil. Educação Profissional Federal. Rio Grande do Norte.